

Insurreição contra a derrota

Flávio Tambellini

Um amigo mantém ponto de vista algo paradoxalmente pessimista: o de que a vida é sempre, e inevitavelmente, uma derrota. "Nasce-se para viver, mas o ponto final...! Assim pensando, não é, entretanto, conduzido à desesperança ou a inação; ao contrário: "Se a vida é uma derrota — acrescenta — o grande sentido a lhe ser dado é o da insurreição contra essa derrota, empurrando-a sempre para mais longe".

Pois a criação do INC foi uma típica insurreição contra a derrota, que a rondou sob várias formas: a do medo de mudar; a da não aceitação do "desafio" no sentido que Toynbee lhe empresta; a do julgamento sem conhecimento de causa e, nem mesmo, com conhecimento de texto; a da afecção e miopia do interesse menor, sempre incapaz de identificar o grande; a dos produtos do subdesenvolvimento, entre os quais se identifica a reação a qualquer iniciativa que implique na instituição de princípios e sistemas, pois "suseranos" ou "eleitos" não querem, apesar de tôdas as dissimulações, apenas uma coisa: concorrência.

O INC foi criado; já em 1952 tinha sido projeto enviado pelo Executivo ao Congresso, mas foi preciso que surgisse no País um Governo realmente dotado de sentido de reforma, e fiel a êsse sentido

até à "solidão e à fria paciência dos que não esperam ser amados", como observou certa vez Roberto Campos, para que o INC se transformasse numa realidade.

Munido de meios e modos para dimensionar em novas e surpreendentes bases o processo do desenvolvimento do cinema no País, a criação do INC foi o depoimento mais importante, mas não o único, dessa rigorosa verdade histórica: jamais o cinema no Brasil contou, como no Governo Castello Branco, com tão nítido apoio.

Não foram somente isenções de impostos para filmes virgens e equipamentos, nem a nacionalização mais ampla da definição do filme nacional; foi a liberação nacional dos preços de ingressos (fundamental, mas, a curto prazo, impopular); foi a fixação do critério para conceituar o que deveria ser considerado filme nacional inédito, para efeito da sua exibição compulsória (medida fundamental para os produtores, mas extremamente conflitiva para os exibidores); foram a fixação da alíquota máxima de 10% para o desconto do Impôsto sôbre Serviços Municipais (vide a matéria sob o título "Incremento de Renda para o Cinema", publicada neste número de FILME & CULTURA) e a extinção da

taxa de estatística também sôbre o valor dos ingressos de cinema, ambas de extraordinária significação e rentabilidade para todo o complexo da economia do cinema no País e para a integração nacional do mercado brasileiro de cinema.

Não foi somente o convênio com o Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica que lhe forneceu recursos importantes e autoridade suficiente para que, êle próprio, fiscalize as leis que presidem a exibição compulsória de filmes nacionais; nem foi somente o volume de recursos postos à disposição do Instituto Nacional de Cinema Educativo para poder produzir em larga escala, editar esta revista, reequipar-se tècnicamente, reformar as suas instalações.

Não. Foi todo um conjunto de providências, sem possibilidade de confronto com qualquer outro período passado do País.

A uma minoria que se propôs a deformar o sentido e a impedir a criação do INC, opôs-se a vontade de outros e a "derrota" foi vencida.

Agora, o INC dá os primeiros passos — e para que seja o organismo rico de vida, íntegro e lúcido, dos que o imaginaram, criaram e defenderam, façamos todos — Governo e setores de cinema — o bom e permanente esforço dos que, acreditando, criam.